

MORANDO BEM, NUMA CIDADE NOVA: HABITAÇÃO EM NATAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX¹

Ricardo José Vilar da Costa²

Longe de ser apenas um simples cenário onde se desenrola a vida privada ou uma peculiar junção de “arte e técnica”, o projeto habitacional traz em si implicações profundas sobre as pessoas e atividades que vai abrigar. A moradia é elemento da organização social, que ao longo do tempo incorpora significados diversos.³

No sentido de modificar as feições e a própria estrutura da cidade, durante as primeiras décadas do século XX, diversas alterações foram realizadas em Natal, a fim de dotá-la de um ar mais moderno. Os novos paradigmas baseados nas certezas e as críticas ao mundo oitocentista justificavam as novas propostas, que visavam a higienização, a saúde e o embelezamento.

Várias transformações já haviam sido operadas na cidade desde o final do século XIX e, posteriormente, no segundo governo de Alberto Maranhão, outras mudanças significativas ocorreram em Natal, no sentido de modernizá-la. Por exemplo, a melhoria do sistema de iluminação (com a introdução dos lampiões a gás e depois a luz elétrica) e de transporte público (passando a ser feito através de bondes, primeiramente de tração animal e depois movido à eletricidade) foram algumas delas.

Concomitantemente, a moradia recebia a atenção de intelectuais, administradores e médicos. Com o crescimento das áreas centrais nas cidades brasileiras desde o final do século XIX, estes grupos buscaram a resposta para diversas questões referentes ao espaço urbano e sobre a habitação.⁴

A partir do primeiro ano do século XX, oficializou-se o plano de criação do terceiro bairro de Natal: a Cidade Nova.⁵ Desde sua origem, fora pensado como um local a ser habitado pela elite. Esta região atendeu aos princípios da modernidade, no que diz respeito ao espaço urbano - como a presença de avenidas largas, inspiradas nos boulevares parisienses - e a diversas questões relacionadas à habitação - família, consumo, saúde etc. Um ideal de isolamento e de auto-reconhecimento como “moderno”, no momento em que se criou o bairro, local no qual predominou:

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “A Cidade em Diferentes Olhares”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³ CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)*. São Carlos: RiMA, 2004. p. 47.

⁴ *Ibid.*, p. 1.

⁵ “A resolução nº 55, de 30 de dezembro de 1901, que criava o terceiro bairro da cidade, a Cidade Nova”. Ver COSTA, Madislaine. *Quando a modernidade vinha de bonde*, p. 103.

uma dupla solução para o desejo de auto-segregação das classes dominantes locais. Por um lado, o Plano Polidrelli superaria o antigo desenho irregular originário da cidade colonial, onde as classes sociais conviviam, praticamente, no mesmo espaço ou guardando uma certa contigüidade. Por outro lado, serviria como um refúgio, onde as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais e das epidemias que, então, grassavam pela cidade.⁶

Esta área permitiria certo isolamento e, ao mesmo tempo, um distanciamento não tão grande assim do centro, do comércio e da região onde se localizavam os prédios públicos, os órgãos administrativos. O pensamento moderno, notadamente inspirado em preceitos científicos do período, desde o século XIX já buscava afastar a cidade daqueles elementos arcaicos, insalubres, de moral duvidosa (remédio “tônico” da moral e da saúde). Assim, as elites fugiam do contágio social das doenças e dos desvios vindos das camadas menos abastadas.

Um dos fatores responsáveis pela possibilidade de se criar novas áreas teria sido o bonde⁷. Este era o maior responsável pelo transporte dentro da cidade, uma vez que Natal ainda não possuía outros meios de transporte coletivos e o número de automóveis era pouco significativo até então, sendo restrito à parte da elite local.

No sentido de “materializar” a idéia de quem compunha essa elite, poderíamos citar nomes como “Pedro Velho, Juvino Barreto, Padre Miguelinho, Padre João Maria, Alberto Maranhão, Augusto Severo, José Augusto, Juvenal Lamartine”⁸ e Manoel Dantas. Entre estes, cabendo o acréscimo do nome de Câmara Cascudo, encontramos intelectuais e médicos que desempenharam um papel de propagação de idéias através de suas funções públicas, bem como através de seus textos veiculados nos jornais do período. Como grande divulgador das idéias republicanas e modernas, destacou-se na cidade o jornal *A República*. Ao mesmo tempo, era nessa nova área que os membros da elite, composta por profissionais liberais, comerciantes e membros do poder público, pretendiam habitar, na construção de um modo de vida distinto. Buscavam viver de acordo com os novos referenciais de vida no que concernia à higiene e à saúde, bem como no que se referia à estética, ao consumo e a moradia.

A moradia, se não fosse bem organizada, poderia ser fonte de problemas para a saúde e motivadora de males sociais, além da degenerescência moral individual. Tais idéias estavam embasadas pela ciência, que buscava fornecer o que era considerado como norma e, dessa forma, contribuir para a ordem social.

⁶ LIMA, Pedro de. *Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução*. p. 71.

⁷ COSTA, Madislaine. *Op Cit.*

⁸ *Op Cit.*. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária; Sebo Vermelho, 2000. p. 50.

Buscavam distinguir-se de um modelo de vida relacionado ao século XIX, considerado como “atrasado”. No século XIX, a elite da cidade habitava a Cidade Alta e a Ribeira. O modelo de residência construído nesse período era predominantemente um modelo colonial, executado por mestres de obras locais que não detinham o conhecimento da técnica tal qual a ciência moderna apregoaria posteriormente. A estrutura das casas populares era essencialmente colonial, em estilo conjugado⁹, padrão que foi extremamente criticado a partir da República, que defendia um estilo que privilegiasse a ventilação e a iluminação.

Além dessas casas, havia também aquelas pertencentes aos mais abastados, que buscavam prestígio social através do luxo. O estilo evidenciava os elementos bucólicos, referências à vida rural reproduzidas na cidade.

O palacete pertencente ao Coronel Aureliano Medeiros, situado na Avenida Junqueira Aires, citado nas reminiscências de Júlio César de Andrade, possuía “salas e quartos enormes”, além de inúmeras fruteiras, garagem, cavaleriça e uma capela. Além desta, podemos citar a mansão do Coronel Avelino Alves Freire, citado pelo mesmo autor, que continha “inúmeras salas e muitos aposentos e cercada de um vasto sítio com muitas fruteiras”. O material empregado nessa obra fora, quase todo, importado. Já o palacete do comerciante Jorge Barreto de Albuquerque era, em 1910, “muito elegante para a época, com estatueta no jardim e com dois pavimentos”.¹⁰

Num processo redefinição do espaço urbano, as elites desejavam sua auto-segregação¹¹ e, ao mesmo tempo, acesso aos serviços e ofertas do mundo na cidade. Certo isolamento permitia que se desfrutasse da vida doméstica e de suas facilidades. Isolar-se representava o rompimento com a vida social e familiar, importantes elos que garantiam a saúde e o bem-estar. Além disso, diversas questões norteavam o comportamento do sujeito no espaço público. O espaço público era o local onde a sociabilidade se desenrolava, atuando conjuntamente com aqueles que pretendiam tornarem-se bons cidadãos, aqueles mais afinados com os valores e com as regras de conduta da alta sociedade.

Ao contrário, o afastamento total era algo desejado para os que ainda não se adequavam à esfera de vida moderna, as camadas menos favorecidas. Além disso, habitar nas áreas menos favorecidas era uma das únicas saídas, em termos de habitação, para os mais pobres. Habitar no bairro do Alecrim, por exemplo, representava ainda viver a uma “grande distância” de Natal, segundo afirmou o governador Ferreira Chaves, em 1914. Câmara Cascudo corrobora com o governador ao dizer que “raríssimas pessoas habitavam o

⁹ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional. *Caderno de História*, Natal, v.3, 1996, n.1, p.121, jan/jul.

¹⁰ ANDRADE, Júlio César. *Comerciantes e firmas da Ribeira (1924-1989)*: reminiscências. Natal, 1989.

¹¹ LIMA, Pedro de. *Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução*, p. 71.

descampado. Era terra de roçados (...). Umhas quatro casinhas de taipa, cobertas de palha, sem reboco, denominadas *capuabas*, estavam dispersas num âmbito de légua quadrada”.¹² Dessa forma, através da definição dos bairros, estavam delimitados os espaços dentro da cidade, limitando a ocupação, a circulação e determinando as terras a serem ocupadas. O acesso aos terrenos e as casas estava restrito a uma pequena parcela da população. Certamente, em razão disso, ocorreria a “limpeza” da área, a retirada da população pobre do local, garantindo assim o sonho da habitação à européia, como nos lembram as denominações “Petrópolis” e “Tirol”. Dessa forma, além de ter sido “uma simples fantasia sem justificação real. Uma lembrança da província austríaca, qualquer coisa de reminiscência recalcada de leituras literárias, e nada mais”¹³, os anseios modernizadores operaram mudanças consideráveis no espaço da cidade. E, como o mesmo Luiz da Câmara Cascudo escreveu, referindo-se à Cidade Nova: “As raras choupanas que coincidiam com os traçados iam sendo desapropriadas ou vendidas, preço baixo porque não havia valor para aquelas terras e gentes”.¹⁴

Entretanto, percebemos que o intento de restringir o acesso ao bairro não foi completamente bem sucedido, umas vez que em determinadas ruas foram construídas casas ainda no estilo conjugado, sem os afastamentos laterais e frontais, que permitiam a plena circulação do ar e iluminação. Este era um dos paradigmas básicos defendidos pelo pensamento científico moderno e que foi empregado em maior parte das construções da Cidade Nova. Ainda hoje, na Rua Açú, pode-se ver casas erigidas de forma conjugada. Terrenos e construções que datam da Primeira República. O desejo de ingressar no prometido mundo do progresso pode ser percebido numa propaganda veiculada no jornal *A República*, de 1921: “Aluga-se casa a casa pertencente ao Dr. Silvino Bezerra, no bairro do Alecrim, com todo conforto de uma habitação moderna”.

As camadas mais ricas possuíam melhores condições de realizar modificações no sentido de inovar na construção das casas. Às porções menos abastadas, que pareciam ter o mesmo desejo pelo que era novo, restava imitar, na medida do possível, os elementos mais modernos.¹⁵

Nesse processo, constituiu-se uma nova relação entre o espaço privado e a cidade. As casas, sobretudo as das elites modernas, inseriam-se dentro de novas relações com o espaço público, que significava acesso a novos serviços:

¹² CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 355.

¹³ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 353.

¹⁴ *Ibid.*, p. 351.

¹⁵ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional. *Caderno de História*, Natal, v.3, 1996, n.1, p.121, jan/jul.

Tal habitat define-se por intermédio de um novo modelo de moradia e de uma nova relação entre moradia e o urbano. Nesta nova relação a casa surge articulada a redes de infra-estrutura que alteram seu funcionamento, a equipamentos de uso coletivo – escolas, creches, etc. – que absorvem algumas de suas antigas funções e a lugares de trabalho externos à habitação, que modificam seu uso.¹⁶

A mesma autora nos diz que a moradia moderna é destinada ao uso restrito da família nuclear, cujas funções residenciais e de repouso estão agora imbricadas às questões da privacidade, como a preocupação em manter os estranhos afastados do lar.¹⁷

Foi essa nova racionalidade referente ao lar que se preocupava também com as questões da limpeza e da comodidade¹⁸. No final da década de 1910 e início da década de 1920, período em que aumentou, nos jornais, o número de anúncios de casas à venda na região da Cidade Nova, pode ser notada a preocupação com os ambientes domésticos. A domesticidade “foi invenção humana assim como qualquer implemento tecnológico. Na verdade, deve ter sido mais importante, pois não afetava somente o ambiente físico, como também a nossa consciência”.¹⁹

Dessa maneira, os objetos que compõem a residência eram elementos importantes na composição do “santuário doméstico” do homem no início do século XX.²⁰ Em setembro de 1923, uma família, que iria mudar-se para o Sul, anunciava a venda de seus móveis, “todos em perfeito estado”, “uma carteira americana, uma estante para livros, um relógio de parede, um guarda louça, um guarda comida, uma mesa de jantar, uma cama de ferro para casal, um contador de eletricidade, um guarda-roupa e um bidet”.²¹

A distinção e a individualização, bem como a especialização nos cômodos e a formas de convivência daí resultantes, no que se refere a tais estruturas materiais, são fatores importantes desde o início do século XX, notados já nessas novas casas. Era o que se anunciava numa propaganda da venda de uma casa na Av. Campos Sales, uma rua da Cidade Nova:

Vende-se: na Avenida Campos Sales, terreno 638 m, com ótima casa contendo uma sala, uma saleta, dois quartos, salas de refeições e copa, cozinha, quarto para empregado e banheiro com aparelho sanitário. O dito terreno contém diversas árvores frutíferas.²²

A casa burguesa era pensada como um lugar no qual a boa saúde, as relações familiares e a privacidade – que, durante o século XX, seria cada vez mais valorizada – relacionam-se com a produtividade no trabalho e com uma série de novos significados atribuídos à vida

¹⁶ CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)*, p. 121.

¹⁷ *Ibid.*, p. 2.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ RYBCZYNSKI, Wiltord. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1986. p.61.

²⁰ CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil (1870 – 1950)*, p. 53.

²¹ A REPÚBLICA, Natal, 13 set. 1923.

²² A REPÚBLICA, Natal, n. 79, 08 abr. 1924.

doméstica e individual, no âmbito da moradia. Para isso, concorreram os objetos cada vez consumidos, devido à maior facilidade de importação de materiais de construção²³.

A movelaria “Loja da noiva” oferecia, em 1923, “Grande sortimento de móveis de estilos modernos e elegantes, fabricados de ótimas madeiras seca para todas as dependências de uma casa”²⁴. No mesmo sentido, uma propaganda da “Casa Sion”, de propriedade de “Tobias Palatinik e Irmãos”, em 1921, preocupava-se com a ornamentação, com o luxo e com o conforto da residência de seus clientes:

Casa Sion

Dormitórios completos, porta casacas, toaletes, Psychés Guarda-roupas, guarda-louças, cama de madeira; mobiliário completo para sala de visita, idem para sala de jantar, em diversos tipos desde o mais moderno até o mais simples.

Espelhos, quadros, relógio de parede, jogos de níquel para lavatório, cadeiras de vime [...].²⁵

Além da especialização dos ambientes e das funções individuais, que separavam o espaço público dos ambientes domésticos, o governo do tempo, nos diz Telma de Barros, é fundamental na construção desse habitat. E era nesse espaço exterior onde se construíam novos espaços da cidade e nos quais os lugares centrais desempenhavam papel importante na consolidação do poder e das elites. À procura pelas melhores regiões para habitar, havia preocupações dentro das casas.

Tanto nos anúncios particulares, quanto no comércio em geral, anunciavam-se bens que constituíam a panóplia da vida doméstica. Os modos de vida estavam intrinsecamente ligados à família, responsável pelo cuidado com os seus membros e definidora da moral. A dedicação à família não era exercida apenas pelas mulheres. Mas, era uma preocupação geral da sociedade, que zelava por aquilo que acreditava ser o núcleo básico da sociedade e única capaz de manter a coesão social, bem como a segurança e a distinção social.

Nos jornais, a referência à família era algo constante. Em *A República*, grande parte dos anúncios dedicava-se a reforçar a importância desta e propagar os modelos ideais. Inclusive na consolidação das áreas que se afastavam da Cidade Alta, estava presente a preocupação com a ordem do lar e com a distribuição interna da residência, como num anúncio de 1924, que ofertava uma casa na Avenida Rio Branco, dizendo que situava “em um dos melhores pontos para a família, uma casa de tijolos, recentemente construída com bons materiais, tendo as seguintes acomodações: duas salas, uma cozinha, dispensa, dois fornos, aparelho sanitário, etc.”.²⁶

Como uma maneira de atrair a atenção e justificação para o boa aquisição que poderia ser feita, os anúncios dos jornais alertavam para o bom local onde se encontrava a residência.

²³ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional. *Caderno de História*, Natal, v.3, 1996, n.1, p.121, jan/jul. p.126.

²⁴ A REPÚBLICA, Natal, n. 22, 28 jan.1923.

²⁵ *Ibid.*, n. 206, 24 set.1921.

²⁶ A REPÚBLICA, Natal, n. 54, 09 mar. 1924.

Habitar o novo bairro conferia status e, além disso, era para lá que deslocavam-se as famílias da crescente classe média, bem como as mais abastadas. Em razão disso, esses dois elementos constituíam o cerne do conteúdo apresentado no anúncio. Garantia de boa localização e da satisfação que desfrutavam aqueles que habitavam em uma área limpa, higiênica, bela e moderna. Arrematando a qualidade do que estava à venda, informava-se a presença de plantas e árvores frutíferas, numa referência ao que pode ser compreendida como elemento de uma vida marcada pelo bucólico ou como uma recriação do rural dentro do meio urbano. Uma propaganda do início dos anos 1920 vendia “uma pequena casa na Rua Trahiry, no bairro da Cidade Nova, com 721 metros de terreno, contendo parte murada com diversas fruteiras (coqueiros, etc.)”.²⁷

Com a criação do bairro da Cidade Nova, durante as primeiras décadas do século XX²⁸, a classe rica da cidade buscou implementar, nas novas construções, características bem distintas daquelas das casas e da estrutura urbana do século anterior. A cidade não estava mais somente “comprimida entre a Ribeira e a Cidade Alta”, como fora dito por Alberto Maranhão à Câmara Cascudo, em carta publicada em 1940.²⁹

Aliás, era dessas duas áreas que se “comprimiam” que as elites buscaram sair. E a Cidade Nova passou a ser o local desejado e idealizado. Lá foram erguidas as casas “do dr. João Chaves, a do major Miguel Seabra, José Pinto e outras anunciavam a preferência da região para residências, o que determinou também a Ferreira Chaves construir a Vila Cincinato e a Pedro Velho a Solidão”.³⁰

A casa era o local originário do qual se garantia a organização social e as formas de hierarquização das relações entre os indivíduos e do uso do espaço. Dessa forma, as preocupações com a moral, o casamento, o papel das mulheres e o progresso estavam melhor assegurados dentro dos lares. Nas palavras de Telma de Barros:

A casa também pode configurar-se como o lugar da família; o lugar por excelência onde esta se realiza e fortalece; o espaço apropriado à constituição de um lar, com suas trocas afetivas, hierarquias, formas de proteção e controles. À idéia do bem-estar na vida doméstica liga-se intimamente à noção da casa como uma referência espacial fixa da família: seu ponto de partida, seu invólucro, a testemunha de suas alegrias e dores, o chamado “santuário doméstico”.³¹

A Cidade Nova era uma área repleta de significados republicanos, que se opunha ferozmente ao que representasse o “atraso” colonial. A ambição de “civilização” surgia Ribeira acima, cruzando os limites da Cidade Alta, na medida em que a elite se afirmava e

²⁷ Ibid., n. 223, 15 out. 1921.

²⁸ COSTA, Madislaine. *Quando a modernidade vinha de bonde*, 1998. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p. 103.

²⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 352

³⁰ Ibid., p. 353.

³¹ CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil (1870 – 1950)*, p. 52.

legitimava através da habitação numa nova região, bem como pela adoção de hábitos condizentes com o das grandes cidades. A Cidade Nova era construída, invocando a esfera da modernidade. Petrópolis e Tirol como sonhos da elite moderna, abrigando uma série novas significações no que se refere à moda, a moradia, a saúde e a beleza. Nesse sentido, buscava-se consolidar um tipo de vida moderna, como pretendia-se numa propaganda de 1922:

Vende-se: bom terreno em lugar aprazível, medindo cerca de 30 metros de frente por 50 de fundo, estando quase toda a frente murada, contendo duas casinhas, sendo uma de telha e tijolo e outra de taipa, cujo terreno presta-se para edificar-se uma casa moderna, sito à Avenida Floriano Peixoto na Cidade Nova e bem perto da Praça Pedro Velho.³²

A especialização dos cômodos, bem como a separação entre o público e o privado pode ser compreendida a partir das casas. A criação de um ambiente específico para receber visitas aponta a necessidade dos membros do lar de afastar os estranhos e manter a família resguardada. A “sala de visitas” é umas das características da casa moderna, bem como as varandas, que desempenhavam função semelhante.

Outras partes da residência, exigidas pelos sanitaristas e engenheiros desde o final do século XIX, podem ser interpretadas como vetores no sentido do afastamento da vida privada em relação ao espaço público. O homem moderno, “narcisista”, segundo Richard Sennett³³, voltava-se cada vez mais para si e para aqueles com quem se relacionava. Os recuos frontais e laterais propostos pela ciência moderna, podem ser compreendidos também nesse sentido. Não interessava mais uma vida “conjugada” ao vizinho, que era importante apenas no sentido de criar-se uma identidade com a região.³⁴ Mas, ao mesmo tempo, era necessário haver certo distanciamento. Além da luta contra as doenças, construía-se limites mais rígidos para a propriedade e a vida privada.

Esses fatores estavam presentes nas moradias da Cidade Nova, cada vez mais habitada e presente nos jornais. Sobretudo nos anos 1920, os lotes serão mais valorizados, assim como as características das modernas habitações e os serviços que eram proporcionados ao morador:

Vende-se baratíssimo uma boa casa, recentemente construída, à Avenida Potengy, com sala de visita, de entrada, três ótimos quartos com janelas, sala de jantar, despensa, cozinha, banheiro e aparelho sanitário. É quase toda alpendrada, com bastante terreno e algumas fruteiras; muito próxima da Praça Pedro Velho e, portanto, na linha de bondes de Petrópolis.³⁵

³² A REPÚBLICA, Natal, n. 113, 24 maio 1922.

³³ SENNETT, Richard. O fim da cultura pública. In: _____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*.

³⁴ PROUST, Antoine. Transições e interferências. In: _____. (Org.). *História da vida privada*, v. 5: Da Primeira guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das letras. p. 115.

³⁵ A REPÚBLICA, Natal, n. 114, 25 maio 1922.

Uma das características das casas modernas republicanas é a influência do estilo eclético³⁶, onde havia uma mescla de elementos de diversas correntes artísticas e, além disso, permitiam ao proprietário conferir à sua moradia marcas que a tornassem exclusiva. Através de fotografias de casas, compreendidas de 1900 até a década de 1940, encontramos, em Natal, a presença desses elementos, que nos remetem ao pensamento moderno, nas residências. Esse estilo de construção representou “um padrão de qualidade e conforto desconhecidos até então”.³⁷ Sobre esse universo de pensamento e de construções materiais, Carlos Lemos nos diz, em seu livro sobre os preceitos da moradia instituídos durante a Primeira República em São Paulo:

Com o armistício, foi retomado com vigor o ritmo das construções – agora, sob nova legislação e com o esquecimento total dos estilos ecléticos, sobretudo, o neo-renascimento difundido pelos italianos, que, de um modo ou de outro, dominaram as construções paulistas, infiltrados também nos escritórios de engenheiros ou arquitetos brasileiros, como Ramos de Azevedo, por exemplo.

Novos hábitos, novos costumes, novos gostos e nova estética. Imprensa modernizada, revistas de divulgação das novidades e o recente formador de opiniões – o cinema. Agora casas iluminadas, arejadas e alegres. Casas cercadas por jardins e flores que passaram a ser chamadas “bungalows”, por influência dos filmes americanos, [...] Só o velho termo *varanda* denominando a grande sala de jantar é que resistiu galhardamente até a Segunda Guerra Mundial. Essa casa alegre é que é o tema do inspirado texto de Guilherme de Almeida, que transcrevemos em nosso livro *Alvenaria burguesa*. Nele, nosso heráldico poeta rememora a velha casa paulista de sua infância como a “fábrica do medo”. Lembra-se dos dormitórios: “Ah! Os quartos! Ah! As alcovas! Era aí que morava a insônia”. Agora, depois da guerra, com as novas leis, com o cinema dando aulas de otimismo, a casa era outra. Casa alegre e batida de sol.³⁸

A segurança contra esse mundo “superado” estava nos princípios modernos adotados pelo Estado, na família, na voz dos educadores e, enfim, por toda a ciência da época. A “relativização” einsteiniana, desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, parecia não ter promovido muitas dúvidas nesses setores brasileiros.

O papel da família era fundamental, como já apresentamos em capítulo anterior. Na consolidação dos espaços da cidade, ela também atuou no sentido de conferir respeito e legitimidade às habitações nesse período. Durante toda a Primeira República, fez-se presente tal instituição social nas propagandas. Era a garantia, a palavra dada de que o local era respeitoso e isento de qualquer mal. Citar a família representava uma garantia que quase se entendia ao concreto da habitação, como se a casa e a família formassem um só amálgama responsável pela manutenção dos bons costumes. Em propagandas da década de vinte, essa referência era quase constante. Em 25 de maio de 1922, vendia uma “casa, com cômodos para família, com água, a frente e tijolos. Rua da Misericórdia, 22”. Em outra,

³⁶ LIMA, Pedro de. *Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução*. p. 69.

³⁷ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional. *Caderno de História*, Natal, v.3, 1996, n.1, p.121, jan/jul. p.115.

³⁸ LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 86.

do mesmo jornal, “vende-se casa na Rua Ferreira Chaves, 9, com cômodos para família”.³⁹ Ainda em jornal do mesmo ano, vendia-se “uma boa casa com bons cômodos, para família, contendo luz elétrica e água, à rua 13 de Maio, próximo à Escola de Artífices, de propriedade do Sr. Salustiano Assumpção”.⁴⁰ E, com dinheiro a ser dado à vista, anunciava-se o desejo de comprar “uma casa de tijolo, para família, a tratar na Avenida Jundiay”.⁴¹ As novas habitações dos mais ricos, sobretudo a partir da década de 1920, atendiam às exigências e aos padrões determinados segundo parâmetros da moda, do Estado e do saber científico. Estes catalisadores sociais do progresso local estimularam a incorporação de novos paradigmas pela sociedade.

Em sua passagem por Natal, em 1929, Mário de Andrade exalta a região do Tirol e Petrópolis, percebendo nas ruas as características buscadas na modernidade local. Considera-se privilegiado por estar hospedado na região do Tirol e não deixa de observar a disposição do novo bairro em relação a outras partes da cidade, como a praia de Areia Preta, que era um local de acesso relativamente fácil, uma vez que já havia linha de bonde ligando a área central até o local onde a elite poderia tomar seus banhos de mar:

É bom não andar muito a pé, logo principiam ladeiras preguiçosas, mansas, compridas, as ruas se alargam, avenidas magníficas cheias de ar [...]. Os espaços vão se tornando cada vez mais largos. No bairro alto de Petrópolis e avenida Atlântica se acaba no dó-de-peito dum belveder e mostra lá embaixo, Areia Preta, uma das praias mais encantadoras que conheço. E, se o rumo foi outro, chegamos ao Tirol, altura onde moro hospedado pela ventania. Eh! Ventos, ventos de Natal, me atravessando como se eu fosse um véu.⁴²

A essa região, definida oficialmente como região balneária em 1908, era recanto de pescadores até o ano de 1920, “quando sua popularidade e rude beleza prestigiaram-lhe a fama. Os pescadores foram vendendo ranchos e os natalenses construindo outros”. Ainda segundo Câmara Cascudo, era um local de “festas lindas, serenatas, banhos de fantasias, piqueniques espantosos”.⁴³ Tornou-se região de veraneio, segundo o princípio de busca por locais mais saudáveis e, ao mesmo tempo, afastado e com fácil acesso ao centro da cidade. Nesse sentido, o historiador e folclorista norte-rio-grandense diz: “no tempo em que veraneava ali o comerciante Jorge Barreto, aclamado *conde de Areia Preta* pelos amigos”.⁴⁴ Para a “praia feliz”⁴⁵ acorria a elite local em busca de banhos, que eram cada vez mais sinônimo de saúde e cura.

Mário de Andrade descreveu o cenário do “bairro alto do Tirol, ruas largas, abertas”, de maneira idílica, comparando o local com a “Florença renascente”, onde as pessoas “dedilhavam alaúde, a trompa marinha cantando sem mais fim”. Segundo a descrição desse

³⁹ A REPÚBLICA, Natal, n. 114, 25 maio 1922.

⁴⁰ Ibid., n. 1, 01 jan. 1922.

⁴¹ Ibid., n. 57, 13 mar. 1924.

⁴² ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo, Duas cidades. 1976. p. 233.

⁴³ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 260.

⁴⁴ Ibid., p. 260.

⁴⁵ Ibid.

intelectual do modernismo, “aqui também. O povo canta, os passarinhos, a gente do povo passando. O homem que leva e traz as vacas daqui de perto, não se trabalha sem aboiar”.⁴⁶ Através das descrições de Mário de Andrade, também o ambiente bucólico era uma das características marcantes da cidade, apesar de sua busca pela modernização, exemplificada na idéia do advogado, escritor e jornalista Manoel Dantas de que Natal seria, ainda nos anos cinquenta, uma das mais importantes cidades do mundo.⁴⁷

A região da Cidade Nova reunia diversos elementos modernos. Além de se concentrar sobre as qualidades das casas do bairro, os jornais apelavam para outras questões relacionadas à habitação dessa região. Nos periódicos, destacava-se a localização de pontos comerciais, de casas a venda e o privilégio de ter o bonde à porta. Já haviam sido estabelecidas diversas relações entre morar nessa área e a condição social. Além disso, os fatores sociais de distinção importavam, uma vez que para lá se dirigiam pessoas ilustres, responsáveis pela manutenção da ordem e “desbravadores” locais que se dedicavam ao progresso.

É o que destacava-se numa propaganda de fevereiro de 1924⁴⁸, do “Café Petrópolis”. Este local, que funcionava como “hospedaria e restaurante”, além de ser situado à beira-mar, era “o ponto mais saudável de Natal”. Dispondo de uma “cozinha de primeira ordem. Bondes à porta”, seu proprietário, Severino Guimarães, utilizava para o seu negócio as principais atrações e privilégios de quem habitava nessa área: área “saudável” e com o acesso aos bondes, que permitiam o fácil deslocamento. Ordem, limpeza, saúde e beleza, elementos essenciais para a “boa cidade”, local das elites.

Dessa maneira, durante a Primeira República, diversas vozes se misturaram e ressoavam as idéias da modernidade. Os comerciantes, os educadores e os intelectuais, os saberes científicos, bem como os jornais, contribuíram com a difusão das idéias modernas e através da participação na composição espacial do espaço urbano e em Natal no início do século XX. Nesse processo, as residências reverberaram modos de pensar o mundo. Nesse sentido, imbricavam-se, em meio à diversidade de relações da cidade, num processo que envolve a esfera pública e a privada, elementos dos diversos atores sociais, dos jornais, da crescente valorização dos terrenos e das instituições ligadas às famílias. Assim, uma análise das esferas relacionadas ao mundo privado, nos permite adentrar no universo do indivíduo e da coletividade.

⁴⁶ ANDRADE, Mário de. O turista aprendiz., p. 231.

⁴⁷ LIMA, Pedro de. O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas. p. 34.

⁴⁸ A REPÚBLICA, Natal, n. 31, 10 fev. 1924.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

A REPÚBLICA. 1914, 1918, 1921, 1923, 1924.

A GAZETA DO COMÉRCIO. 1900, 1901, 1902, 1903

ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia, 1976.

ANDRADE, Júlio César de. *Comerciantes e firmas da Ribeira (1924-1989): reminiscências*. Natal, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. [1. ed.: 1946].

CASTRICIANO, Henrique. Sobre "Educação da mulher". Natal, Tipografia do Instituto – 1911. Conferência.

PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Imprensa Universitária, 1971.

SOUZA, Eloy de. *Costumes locais*. Natal: Verbo; Sebo Vermelho, 1999. [1. ed.: 1909].

FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*. Natal: A. S. Editores, 2003.

Bibliografia

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

BREWER, John; PORTER, Roy. *Consumption and the world of goods*. Whashington: Rotledge, 1994.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: _____. *A invenção do cotidiano*. 2 vols. Rio de Janeiro: Vozes. P. 169-191.

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil: 1870 – 1950*. São Carlos: RiMa, 2004.

COSTA, Madislaine. *Quando a modernidade vinha de bonde*, 1998. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LIMA, Pedro de. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: EDUFRN, 2001.

_____. *Cidade Nova, 1901: um espaço de representação do novo poder republicano em Natal*. Comunicação apresentada na Jornada Internacional sobre Representações sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Caminhos de Natal*. Natal: IHGRN, 1997.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal, 1889/1913*. Natal: EDUFRN, 2000.

PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada. v. 4 - Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PROUST, Antoine. Transições e interferências. In: _____. VINCENT, Gérard (Org.). *História da vida privada. v. 5 - Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das letras. 1992.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Ed. da UNB, 2002.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Potengi: fluxos do Rio Salgado no século XIX*. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

RYBCZYNSKI, Wiltord. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SENNETT, Richard. O fim da cultura pública. In: _____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 317-328.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional. *Caderno de História*, Natal, v.3, n.1, jan/jul., p.114-138, 1996.